



**SINDSIFCE**  
**INFORMA**



Uma seção  
sindical do  
**SINASEFE**

Domingo, 06 de maio de 2012 - Ano I - Nº 3 - Distribuição gratuita

## Sinasefe lança campanha: “Reitoria saia de cima dos nossos direitos!”

O 26º Congresso do SINASEFE – CONSINASEFE, realizado em Brasília - DF, no período de 29 a 31 de março e 1º de abril deste ano, deliberou pela deflagração de uma campanha nacional em defesa dos direitos dos servidores lotados na Rede Federal de Educação, Básica, Técnica e Tecnológica.

A origem da campanha pode ser localizada no decurso da greve, ora suspensa. Iniciado com uma pauta de reivindicações de natureza econômica, o movimento paredista com o passar do tempo altera seu perfil. A medida que o comando de greve nacional foi sendo fortalecido pela presença de integrantes provenientes dos novos campi, uma nova realidade vem a tona: a expansão da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica carecia de qualidade, de referência social e de práticas democráticas, além de apresentar um quadro de flagrante falta de isonomia em relação à política de pessoal, na medida em que direitos atendidos em determinados Estados não são respeitados em outros (30 horas para técnicos administrativos e progressão docente são exemplos). Assim, a integração entre os trabalhadores das antigas estruturas consolidadas e os das unidades em fase de implantação, levou a que o

Vamos construir grandes mobilizações, pois...  
**Quem espera, nunca alcança!**  
Reitoria saia de cima dos nossos direitos!

Não podemos ficar calados diante de quem  
não cumpre nossos direitos.

O QUE QUEREMOS É LEI!

- Progressão por titulação para os Docentes de D I para D II ou D III;
- Progressão imediata, por capacitação, dos Técnicos Administrativos em Educação;
- Progressão imediata para todos os servidores, a cada 18 meses de trabalho;
- Remoção democrática e transparente para todos e não apenas para os “amigos” da reitoria;
- Democracia plena e irrestrita, com a garantia de eleições diretas nas nossas Instituições;
- Fim imediato de toda e qualquer forma de assédio moral;
- Admissão automática dos títulos do MERCOSUL;



MELHORES OU PIORES, É A MESMA COISA  
A BOTA QUE NOS PISA, É SEMPRE UMA BOTA  
JÁ COMPREENDEREMOS O QUE EU QUERO DIZER  
NÃO MUDAR DE SENHORES, MAS NÃO TER NENHUM  
“Mário Benedetti”

Filiação  
**CSP**  
Coniutas  
CENTRAL SINDICAL E POPULAR



movimento passasse a denunciar práticas de assédio moral e de desrespeito aos direitos dos trabalhadores ocorridos Brasil afora.

O deslocamento do norte da greve efetivado no plano nacional também se refletiu no Estado do Ceará. Denúncias gravíssimas envolvendo dirigentes de Campi perseguindo servidores e o descaso da Reitoria no que concerne a tomada das

providências cabíveis, passaram a compor cenário comum dos

**SINDSIFCE resgata acontecimentos históricos da atual gestão que apontam centralização e ausência de transparência**

debates das assembléias gerais, então realizadas no Campus Fortaleza.

Em sintonia com a campanha nacional que ora está sendo lançada pelo Sindicato Nacional, o SINDSIFCE faz um resgate de acontecimentos que marcaram a atual gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), que apontam para a centralização administrativa e para a ausência de transparência quanto aos princípios de gestão.

## Desrespeito no IFCE: pequeno histórico

O germe da centralização administrativa foi lançado em meio à campanha eleitoral para Direção-geral do então Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE). Em um dos poucos espaços de “debates” instituídos para apresentação de propostas de gestão e de posições políticas que iriam nortear os rumos desta Instituição nos próximos quatro anos, o atual

**Cláudio Ricardo assumiu em público que não abriria mão do direito à prerrogativa de indicação de cargos de confiança**

reitor e então candidato, Claudio Ricardo Gomes de Lima, no momento em que proferia seu discurso de campanha assumiu em público uma postura política, na qual afirmava que os cargos de confiança seriam de sua prerrogativa e que não abriria mão deste “direito” (postura política). Sua posição revelava que o provimento desses cargos ficaria reduzido a uma questão meramente política e de interesse particular, a despeito dos anseios da comunidade que hora se propunha a administrar.

Em nossa perspectiva, a ideia de fazer uso de preceito meramente formal estabelecido por uma prerrogativa legal, não pode embolar os fatos: não há nenhum impedimento legal na legislação brasileira que impeça o provimento desses cargos via processos democráticos, construídos em amplo debate com a comunidade institucional. Naquele momento (dezembro de 2008), a primeira fase da expansão da Rede Federal de Educação no Ceará estava desabrochando, os Campi de Quixadá, Limoeiro do Norte e Sobral recebiam seus servidores (professores e técnicos administrativos) recém-empossados para que fosse dado início as suas atividades. A partir daí vários Campi Avançados foram instituídos. A segunda fase foi concebida com a edificação das unidades de Canindé, Crateús e Acaraú, além de seus respectivos Campi Avançados. É importante salientar – a geografia do Estado do Ceará revela, por intermédio do vazio de Institutos na região do município de Itapipoca –, que essa estrutura institucional foi erigida a partir de critérios políticos e não necessariamente em respeito à vocação econômica e cultural de cada região. Talvez, por isso,

adotou-se um modelo de gestão pautado na crescente centralização e na ausência de transparência administrativa, batizada em indicações de cargos consubstanciados, em alguns momentos, por critérios políticos. Importante salientar, inclusive, que boa parte dos recursos destinados à edificação e ampliação das novas estruturas físicas dos Institutos Federais foram auferidas mediante negociações com parlamentares (deputados estaduais e federais), que cresciam em suas emendas valores a serem empregados

**É difícil medir até que ponto a expansão da rede é uma Política Educacional de Estado ou Troca de Favores Políticos.**

neste processo. Assim, torna-se difícil dizer em que medida esta expansão representa uma política de Estado para a educação no Brasil e até que ponto não vem se tornando balcão de barganhas e negociatas em troca de favorecimentos políticos.

## Da euforia ao assédio

Passada a euforia dos servidores dos campi em implantação com o “novo”, sentimento que emergiu da natureza das emoções humanas frente ao novo emprego, as oportunidades que se anunciavam e a renovação de expectativas daqueles que adentravam no serviço público federal, veio à tona a realidade dos fatos: inúmeras denúncias e reclamações começaram a ser feitas diariamente ao nosso Sindicato, bem como aos órgãos de controle e fiscalização, notadamente, ao Ministério Público Federal e Justiça Federal.

A proporção em que o tempo avançava e a complexidade administrativa das novas unidades tomava dimensões cada vez maiores, os desafios se apresentavam crescentes. A intercessão de problemas de infra-estrutura com a “importação” de servidores exigia dos novos administradores posturas flexíveis e a adoção de um “jogo de cintura” para lidar com problemas administrativos advindos e associados a dificuldades pessoais enfrentadas por seus servidores, característica que a maioria dos dirigentes demonstrou não possuir.

Aspectos estruturais desse modelo de gestão levaram ao estabelecimento de um clima institucional bastante desagradável, impactando negativamente sobre o cotidiano vivido pelos novos servidores.

Apresentamos alguns fatos que nos servem de exemplo para ilustrar o ambiente institucional que provocava insegurança: falta de regulamentação e normatização da grande maioria dos procedimentos administrativos, fazendo com que, em cada Campus, um mesmo ato administrativo fosse encaminhado com diferentes *modus operandi*, em consonância com traços da personalidade de seus gestores e em conformidade a pessoa do solicitante/favorecido; interferências de políticos nas deliberações institucionais – chegando até a se sobrepor a decisões técnicas tomadas pela comunidade da instituição ifceana; desvios de função; distintas jornadas de trabalho para servidores com as mesmas funções; concessões de Dedicção Exclusiva (DE) como barganha política e “moeda de troca” para se obter fidelidade irrestrita do servidor à gestão etc.

O adicional de periculosidade/insalubridade praticamente não foi concedido nos novos Campi, embora existam laboratórios com características e natureza semelhantes aos das unidades mais antigas, nas quais esses adicionais são aplicados. Houve caso em que docentes foram obrigados a apresentar comprovante de residência na cidade onde o Campus foi instalado para se ter acesso à DE.

Sem um modelo de gestão

democrático, constituído à base do diálogo e da intercessão entre interesses institucionais e pessoais, gestores de Campi responderam com ameaças, constituindo estas a base das relações impostas no estágio probatório.

Em resposta, significativo número de denúncias de assédio moral foram surgindo, embora nem sempre ganhando a devida notoriedade devido ao clima de medo e perseguição que se instalou em várias unidades da expansão. Não obstante sua natureza diversa, os motivos apresentados, em geral, foram os mesmos. O ato de questionar a gestão tornou-se motivo de servidores começarem a responder Processos Administrativos Disciplinares (PAD), exoneração sumária de ocupantes de cargos (como de coordenações) sem qualquer justificativa técnica, ou mesmo respaldo junto aos pares para a tomada de tais decisões pela gestão tornou-se cada vez mais comum, frutos de retaliações àqueles que contrariassem interesses pessoais de seus gestores ou por fazerem críticas à administração maior. Até mesmo descontos de salários em período de férias foram executados como forma de coibir a ação questionadora do servidor, com o intuito de calar-lhe a boca. Todos esses acontecimentos geraram uma atmosfera bastante hostil e cheia de animosidade nas relações de trabalho.

## Greve nacional: entre direcionamentos e redirecionamentos

Ainda no ano de 2010, o nosso Sindicato solicitou uma audiência com a Reitoria para tratar das problemáticas

advindas do modelo de gestão. Na oportunidade foi apresentada a demanda dos servidores das novas unidades: assédio moral,

carga horária dos técnicos administrativos e docentes, deficiência do quadro de servidores, progressão funcional

DI/DIII (docente), concessão de DE, periculosidade/insalubridade, livro de ponto, falta de padronização dos atos administrativos e procedimentos corriqueiros, além das deficiências estruturais dos cursos (laboratórios, livros, equipamentos, espaço físico etc.). Após a exposição feita pelo SINDSIFCE, o reitor simplesmente negou os fatos, afirmando que aquele cenário não existia e que havia exagero nas denúncias. Na sua óptica os eram “problemas pontuais” e seriam resolvidos pela gestão há seu tempo. Em defesa de sua

**A greve de 2011, iniciada em agosto, chegou a contar com mais de 220 unidades paralisadas.**

gestão, frisou que alguns “percalços” existentes eram inerentes à própria “natureza da expansão” e não provenientes de deficiências emanadas do modelo de administração. Em 2011, no mês de agosto, a GREVE dos trabalhadores foi deflagrada no âmbito da Rede Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, alcançando todo o país. A ação chegou a contar com mais 220 unidades paralisadas. A medida que o período do movimento paredista se estendia e que nenhuma negociação se efetivava junto ao governo federal, foram se estabelecendo

novos cenários: a greve teve seu foco redirecionado nacionalmente alcançando as reivindicações locais que, digase, mostravam-se endêmicas ao processo de expansão como um todo. As plenárias nacionais realizadas pelo SINASEFE tornaram claro que parte dos anseios da categoria não tinha necessariamente uma dependência direta de decisões do governo federal. Muitas das reivindicações não só eram geradas por gestores locais como os mesmos tinham total autonomia para resolvê-las. Esse ponto de inflexão dado ao movimento nacional redirecionou as ações das seções sindicais para suas próprias bases.

## Expansão com qualidade

Uma audiência entre o comando de GREVE do IFCE e a Reitoria foi solicitada via ofício. A reunião aconteceu no mês de outubro de 2011. A postura do staff diretivo foi basicamente a mesma apresentada quando da audiência realizada junto ao SINDSIFCE, no período anterior à greve: o reitor evidenciou simplesmente desconhecer os fatos, afirmando que aquele cenário era fruto das intenções políticas daqueles

**Reitor afirma: "Quem faz críticas ao processo de expansão é contra a própria expansão".**

que faziam oposição ao governo federal. Por fim, ainda atribuiu ao movimento grevista a condição de oposição política ao governo do Partido dos Trabalhadores, salientando que aquela conduta reivindicatória se conformava em um “crime contra a educação brasileira”. O reitor foi categórico ao afirmar que “quem faz críticas ao processo de expansão é CONTRA A PRÓPRIA EXPANSÃO!”.

## Temor da administração participativa

O sofisma da reitoria vem tentando reiteradas vezes escamotear a luta

**Reitor: "Não negocio com servidor em greve."**

em defesa da educação de qualidade e tornar opacas as denúncias das contradições que se escondem por trás do processo de expansão. Reafirmamos sermos favoráveis à expansão da Rede, afinal fomos nós que colocamos na pauta de reivindicações, apresentada junto ao governo federal, quando da greve de 2008, o direito a expansão da Rede Federal de Educação,

acompanhada de verbas públicas que lhe garantam o financiamento.

Do mesmo modo, conquistamos, em greve, o direito da contratação de servidores efetivos para os Institutos, quando este tipo de contratação era proibido. Desse modo, pleiteamos que a expansão seja acompanhada da qualidade e que apresente a referência social como norte de suas práticas educativas. Por várias vezes, o movimento tentou abrir um diálogo para

tentar tratar das questões locais,

**Reitor: "Não aceito administração paralela."**

mas não houve acordo. Frente aos rogos da comunidade pela revisão da política de “direitos humanos” e ao pleito de ampliar os espaços de participação da comunidade na gestão institucional, o reitor asseverou: “NÃO NEGOCIO COM OS SERVIDORES EM GREVE!” e “NÃO ACEITO ADMINISTRAÇÃO PARALELA!”.

Ficou evidente que a Reitoria tratava o desejo e a necessidade da comunidade ifceana em participar das decisões que regem o dia-a-dia da Instituição como uma ameaça ao seu poder de mando, tipificando uma administração centralizada que não prima pelo debate democrático e pela transparência. Em sua visão, é como se tivéssemos tentando

edificar um PODER PARALELO e não pleiteando um direito legítimo.

Após a suspensão da greve nacional, os trabalhadores do IFCE decidiram dar prosseguimento ao movimento paredista pela pauta local, mesmo sabendo que o Estado do Ceará compunha uns dos poucos Estados que ainda se mantinham em GREVE. Essa posição obrigou a Reitoria a

declinar de sua decisão anterior e receber o Comando de Greve para negociar. Após duas reuniões tensas e exaustivas um Termo de Acordo foi firmado entre as partes.

Na Assembleia ocorrida no dia 01 de novembro de 2011, após a leitura do Termo de Acordo, a categoria decidiu suspender a greve na Instituição ifceana, mantendo-se em estado de greve.

## GTs: sonhos abortados

Neste Termo de Acordo, estava assegurada a formação de quatro Grupos de Trabalhos (GTs) que iriam coordenar um amplo debate com a comunidade sobre os regimentos institucionais e os problemas locais no intuito de resolvê-los. Ainda no mês de dezembro, ocorreu reunião entre os representantes da comunidade e da Reitoria para tratarmos do Termo Acordo.

Após apresentarmos a metodologia para o funcionamento dos GTs, que primava pela participação da comunidade por meio do acesso de toda a legislação institucional e da realização de plenárias regionais e de plenária estadual, pautamos a questão operacional. Um dos pontos colocados em pauta foi a dificuldade em operacionalizar suas atividades, sem que tivéssemos o devido apoio institucional, visto a natureza das questões geográficas,

burocráticas e financeiras que se apresentavam nesta empreitada. Acreditando que um acordo interessava a todas as partes envolvidas, solicitamos: disponibilização da documentação institucional (regimentos, resoluções, decretos, leis orientações normativas etc.); infra-estrutura para operacionalizar a filmagem e a transmissão on line das plenárias; ajuda de custo para as atividades que necessitassem de deslocamento de pessoas entre os diversos Campi; flexibilização dos horários das pessoas envolvidas nas atividades para que as mesmas pudessem operacionalizá-las e disponibilização de toda a documentação institucional no sistema acadêmico Q\_ACADÊMICO, para que a comunidade (docentes, discentes e técnicos administrativos) tivessem acesso.

No mês de janeiro, alguns documentos institucionais foram enviados pela Reitoria aos gestores dos Grupos de Trabalhos, entretanto a ajuda de custo e a estrutura para operacionalizar a filmagem e a transmissão on line das plenárias, o facultar as atividades letivas a fim de possibilitar a participação da comunidade nas plenárias, o disponibilizar a documentação no Sistema Acadêmico continuam indefinidos.

Até o presente momento, nenhuma resposta foi dada. Por falta de um posicionamento da Reitoria, os trabalhos referentes aos GTs estão parados. Não faltaram cobranças para que o Acordo de Greve fosse cumprido. Nem mesmo o ofício enviado à Reitoria pela Direção do Sindicato no mês de abril, pleiteando as condições para o funcionamento dos GTs foi respondido.

## Périplo da Reitoria: nada deliberar

Ainda no final do ano passado, surge um elemento novo no cenário ifceano: "reitoria itinerante", com proposta de visitar todos os Campi do IFCE para ouvir servidores e alunos, a fim de estreitar o relacionamento com a comunidade acadêmica local e viabilizar melhorias para as unidades descentralizadas. Parecia que finalmente a Reitoria passara a ouvir os clamores da comunidade por participação.

Não obstante a aproximação com as realidades

dos Campi, a comunidade começou a perceber a falta de objetividade real dessas viagens, dada a ausência de encaminhamentos concretos e estabelecimentos de prazos para resolução dos problemas expostos nas audiências dos Campi de Sobral, Tauá, Crateús, Baturité, Canindé e Quixadá. Os servidores das unidades visitadas ainda esperam ansiosos por alguma ação fruto desse projeto.

# Assim se faz com o dinheiro público

A letargia de algumas decisões da Reitoria entra em contradição com a celeridade que outras medidas são tomadas. Próximo ao carnaval do ano de 2010, a Reitoria celebrou contrato com a

**Convênio entre IFCE e UNESP-Rio Claro firmado pelos reitores das duas instituições custará R\$500.000 ao IFCE.**

Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP), por intermédio do Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus Rio Claro (IGCE), contratando a oferta de um Programa de Pós-Graduação em Geografia, nas modalidades de doutorado e mestrado.

O convênio entre o IFCE e a UNESP-Rio Claro, firmado pelas pessoas dos reitores das duas instituições, pelo diretor da AGCE e teve como testemunhas Virgílio Augusto Sales Araripe (Pró-reitor de Administração) e Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq. conforme contrato, consoante sua cláusula quarta, custará ao IFCE a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), provenientes da Ação de capacitação dos Recursos Humanos, formará trinta e dois doutores e mestres (ver site: <[https://www.unesp.br/pautas/Sessao/00508/37/1/proc\\_344\\_09](https://www.unesp.br/pautas/Sessao/00508/37/1/proc_344_09)

pdf>).

Até aí, nada demais. O que causa espécie, é que o edital de divulgação foi baixado de chofre, às vésperas do carnaval e que das trinta e duas pessoas inscritas no Programa de Pós-graduação, tão somente três são provenientes da área de geografia. Se isso não bastasse, os aquinhoados por esse Convênio são, quase que integralmente, pertencentes ao *staff* diretivo. Grande parte dos beneficiados são pertencentes à administração direta do IFCE. A própria pessoa do reitor, signatário do Acordo é beneficiário. Além dele, são contemplados na proposta seus pró-reitores e de outros elementos pertencentes aos quadros da administração direta. No ofertar uma certificação de mestre e de doutor a esses dirigentes, reside o sentido e o

**Dentre os trinta e dois beneficiários do convênio, apenas três são da área de humanas.**

fim último do Convênio.

Mais interessante ainda, é perceber que maior parte dos alunos do Programa são vinculados a áreas que não dizem respeito às humanidades: Química (Cláudio Ricardo - Reitor), Construção Civil (Virgílio Augusto Sales Araripe - Pró-

reitor de Administração e Planejamento), Física (Franco de Magalhães Neto - Assessor da Reitoria), Engenharia Elétrica (Gilmar Lopes Ribeiro - Pró-reitor de Ensino), Telemática (Maria Benedita Lopes Rocha - Diretora de Assuntos Estudantis e Apoio ao Ensino) etc. Além destes iniciou o Curso, mas não deu continuidade Francisco Gutenberg Albuquerque Filho - Pró-reitor de Extensão, que atua na área de turismo.

**Boa parte dos beneficiários são membros da direção, sendo que um deu início e depois desistiu.**

Há que se enfatizar que a Instituição ifcecena não conta com nenhum curso vinculado à área de concentração do Programa de Pós-graduação em Geografia (ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO), além do fato de que muitos dos/as favorecidos/as estão em vias de se aposentar. Assim, seria importante verificar quanto do total dos recursos provenientes da Ação de capacitação dos Recursos Humanos foi destinado a esse Convênio e quanto sobrou para os demais integrantes de todo o Instituto Federal como forma de verificarmos qual o seu custo institucional e a efetividade de seu retorno social.

## Docentes do IFGO conquistaram a Progressão DI - DIII

Em reunião do Conselho de Dirigentes do Instituto Federal de Goiás (IFGO), ocorrida no dia 11 de abril de 2012, deliberou-se por conceder a progressão funcional entre classes, tendo como

argumento a isonomia salarial e o salário uniforme entre os professores que desempenhem a mesma função e que tenham o mesmo nível de titulação. Para maiores detalhes, acessem o site:

<<http://www.ifgoiano.edu.br/wp-content/uploads/2012/02/RESOLUÇÃO-CS-015-2012.pdf>> ou <<http://migre.me/8YzCw>>.

Importante salientar, no entanto, que o trâmite seguido pelo IFGO foi o mesmo caminho que trilhamos no pós-greve, quando arrancamos o compromisso da reitoria em enviar o tema da progressão para apreciação e deliberação pelo CONSUP (Conselho Superior) do tema da progressão docente. Nossa reunião se deu no dia 19 de dezembro de 2011, ocasião em que realizamos paralizações em vários campi como forma de pressionar os membros pela aprovação – todas as ações, é bom que se diga, haviam sido deliberadas na assembléia que suspendeu a greve e discutidas nas duas reuniões com os representantes da Reitoria (em que se contou,

inclusive, com a presença do reitor).

Entretanto, na ocasião, a "vitória" ficou do lado da reitoria pelo placar de 7 x 5, decisão que ratificou o não pagamento de nossa progressão. Ou seja, sequer a matéria foi aprovada pelo Conselho como forma de respaldar/orientar a decisão futura do reitor, que poderia sancionar ou mesmo rejeitar a minuta da proposta.

Nossa luta, portanto, se dá contra forças escancaradamente reacionárias entranhadas nesta instituição que se comprazem em instituir uma política de perdas e precarização a seus servidores. No mais, o IFGO deu outra prova que, em nível nacional, estamos anos-luz de outras administrações de nossa instituição no quesito política de pessoal

## Breves

Após estudos sobre proposta de oito escritórios da advocacia, a Diretoria do SINDSIFCE estará apresentando na Assembléia Geral da categoria, que se realizará no dia 11 de maio, às 14 horas (primeira chamada) e 14:30 (segunda chamada), no Campus Fortaleza, em sua Unidade-sede, o escritório

Gomes e Uchoa como sua nova Assessoria Jurídica. Nesse momento, um membro da banca se fará presente para explicar detalhes do contrato e a sua extensão. De posse da minuta do novo contrato, estaremos enviando eletronicamente para o conhecimento de todos/as os/as filiados. Dentre os critérios utilizados na escolha se destacam: preço a ser pago

pelos serviços, cumprimento de plantões na sede do Sindicato, experiência no direito administrativo e direito sindical, atuação em defesa de causas vinculadas à educação e ao serviço público federal, definição quanto às condições para determinar o que é ação individual e aquelas de natureza coletiva.

## Breves

Frente à ausência de caixa para propiciar uma maior participação de representação dos diferentes campi na assembléia geral da categoria, que se realizará dia 11 próximo (sexta-feira), a Diretoria do SINDSIFCE deliberou por promover uma ajuda de custo de R\$ 50,00

(cinquenta reais) para aqueles que se proponham a participar da assembléia. Serão 4 (quatro) representantes por campi das unidades do interior que receberão ajuda, excluídos aqueles que residem na zona metropolitana de Fortaleza, perfazendo um total de 60 (sessenta) pessoas que farão

jus ao auxílio. Caso o total de integrantes de 4 (quatro) membros por campi não seja atingida, outros integrantes da comunidade serão contemplados, conforme a ordem de solicitação até o limite máximo de 60 (sessenta) pessoas.

"Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam"

(PAULO FREIRE, Pedagogia da Autonomia, 1996).

## Gestão: Sindicalismo Combativo e Independente

**Coordenador Geral de Formação Política e Relação Sindical:** Venício Soares; **Secretário de Política Sindical:** David Moreno; **Secretário de Política de Pessoal:** Diego Gadelha; **Secretário de Organização dos Campi:** Daniel Pinheiro; **Coordenador Geral de Administração, Finanças e Patrimônio:** Raimundo Nonato; **Secretário de Finanças:** Moacir Caldas; **Secretário de Assuntos Jurídicos:** George Harrison; **Coordenador Geral de Comunicação:** Inácio Alves; **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Lourival Filho; **Secretária de Assuntos Estudantis, Culturais e Desportivos:** Fabiana Lima;

### SUPLENTE

Francisco Thiago; Geraldo Venceslau; Guttenberg Ferreira; Marcelo Marques; Maria Ozirene; José Willian; Paulo Hyder

Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará  
Na Web: [www.sindsifce.com.br](http://www.sindsifce.com.br) - Email: [sindsifce@hotmail.com](mailto:sindsifce@hotmail.com) - Fone: (85) 3223-6370